



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdade de Ciências da Educação E Saúde – FACES

ANTÔNIO GERALDO SOARES CAMPELO

**INCLUSÃO DE ALUNOS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO
FUNDAMENTAL**

Brasília
2017

ANTÔNIO GERALDO SOARES CAMPELO

**INCLUSÃO DE ALUNOS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO
FUNDAMENTAL**

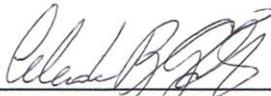
Trabalho de conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial à
obtenção do grau de Licenciatura em
Educação Física pela Faculdade de
Ciências da Educação e Saúde Centro
Universitário de Brasília – UniCEUB.

Orientadora: Me.Celeida B. G. Cintra Pinto

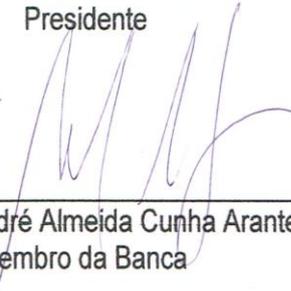
Brasília
2017

ATA DE APROVAÇÃO

De acordo com o Projeto Político Pedagógico do Curso de Educação Física do Centro Universitário de Brasília - UniCEUB, o acadêmico ANTÔNIO GERALDO SOARES CAMPELO foi aprovado (a) junto à disciplina da licenciatura Trabalho de Conclusão de Curso II, com o trabalho intitulado INCLUSÃO DE ALUNOS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL.



Profa Me. Celeida Belchior Garcia Cintra Pinto
Presidente



Prof. Me. André Almeida Cunha Arantes
Membro da Banca



Prof. Me. Rômulo de Abreu Custódio
Membro da Banca

RESUMO

Introdução: O presente trabalho, de caráter exploratório, foi realizado por meio de uma revisão bibliográfica, buscando abordar o tema da inclusão de alunos que apresentam deficiências, nas aulas de Educação Física no Ensino Fundamental, pois a inclusão é um desafio a ser encarado pelas escolas e pelo Brasil. Dessa forma, os professores contam com metodologias e atividades, a fim de auxiliarem os alunos a estarem aptos a participarem de diversas atividades corporais, de forma cooperativa e solidária, sem discriminar colegas por qualquer motivo. **Objetivo:** Demonstrar a importância e como se dá a inclusão de alunos que apresentam alguma deficiência, nas aulas de Educação Física do Ensino Fundamental. **Materiais e métodos:** O estudo foi realizado por meio de uma revisão bibliográfica de documentos captados de artigos, periódicos e trabalhos científicos que abordam o tema da inclusão de alunos que apresentam deficiências nas aulas de educação física no ensino fundamental. **Revisão da Literatura:** A educação especial, no Brasil, passa por um momento de franca implementação. O aluno especial é incluído na sociedade, entretanto, seu próprio esforço é que moldará seu sucesso na dinâmica escolar, sem haver, por parte da escola, um amoldamento de suas metodologias e estruturas físicas adaptadas a ele. Buscou-se demonstrar a importância da educação da física na inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, por meio de métodos e atividades que promovam seu desenvolvimento harmonioso. **Considerações finais:** Concluímos que a inclusão de alunos com necessidades especiais, nas aulas de Educação Física escolar constitui-se num desafio a ser vencido, tanto pela escola, por meio de seus professores, em especial de educação física, quanto pela sociedade, uma vez que a educação deve estar comprometida com todos, promovendo o desenvolvimento de habilidades intelectuais, motoras e afetivas, além de estimular a convivência entre as crianças.

Palavras-chaves: Alunos com necessidades especiais. Inclusão. Educação Física.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 MATERIAIS E MÉTODOS	8
3 REVISÃO DA LITERATURA	8
3.1 A importância da inclusão e a legislação brasileira	8
3.2 A importância da inclusão de alunos com necessidades especiais nas aulas de educação física	10
3.3 A educação física e atividades que promovem a inclusão	13
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	16
REFERÊNCIAS	18
ANEXO A: CARTA DE ACEITE DO ORIENTADOR	22
ANEXO B: CARTA DE DECLARAÇÃO DE AUTORIA	23
ANEXO C: FICHA DE RESPONSABILIDADE DE APRESENTAÇÃO DE TCC	24
ANEXO D: FICHA DE AUTORIZAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE TCC	25
ANEXO E: FICHA DE AUTORIZAÇÃO DE VERSÃO FINAL DE TCC	26
ANEXO F: AUTORIZAÇÃO (autorização artigo biblioteca)	27

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, percebe-se o destaque positivo com relação à inclusão de pessoas com necessidades especiais, inclusive no tocante às escolas. Sasaki (1997) explica que uma sociedade inclusivista só será real a partir do comprometimento das instituições com a inclusão, na construção de uma realidade que englobe a todos.

Na definição de escola inclusiva, de acordo com Oliveira e Polker (2002), a escola regular apresenta-se como inclusiva ao propiciar o envolvimento de alunos com necessidades especiais em classes com outros alunos comuns.

Focando a análise na Educação Física, a Resolução nº 03/1978, do Conselho Federal de Educação, em seu art. 3º, permite aos professores da área atuarem com alunos que apresentam necessidades especiais ao incluir, nos currículos do curso, áreas que abranjam o conhecimento do ser humano, levando em consideração todos os aspectos biológicos e psicológicos da vivência da pessoa, assim como o rol de competências e habilidades apresentados pelo professor (BRASIL, 1987).

De acordo com Goés et. al. (2012), nota-se o grande leque de atividades possíveis à disposição do professor Educação Física a serem apresentadas aos alunos com necessidades especiais.

Nesse sentido, Vygotsky (1997), ao estimular a convivência de alunos com necessidades especiais com aqueles sem qualquer limitação, ensina que a colaboração é um dos principais pontos do desenvolvimento cultural de crianças.

Como exemplo, Lourenço (2011) prevê, no ensino de regras de jogos, um recurso didático muito valioso, além de poderem ser facilmente adaptados aos interesses dos alunos, despertando seu interesse.

Os PCNs de Educação Física para o Ensino Fundamental estimulam, entre seus objetivos, que os alunos tenham capacidade de atuarem em atividades corporais, de maneira equilibrada e construtiva, com os outros, percebendo, cada aluno, especial ou não, e suas diferenças, de forma a reconhecê-las e respeitá-las, evitando ideias discriminatórias sobre características físicas, pessoais, sociais ou sexuais (BRASIL, 1998).

Além disso, as aulas estimulam os alunos no descobrimento e desenvolvimento de suas habilidades, fatos que colaboram com a desejada inclusão (PALMA, LEHNHARD, 2012).

Conforme Urbanek (2011), apesar de todo o histórico sobre necessidades especiais, no qual se destaca a Declaração de Salamanca (1994), a inclusão de alunos especiais é um assunto atual.

Mendes (1999) já afirmava que a inclusão é um desafio a ser encarado pelo Brasil. Dessa forma, para Falkenbach et. al. (2007), no ambiente familiar, a criança com necessidades especiais recebe tratamento, atenção e cuidados diferenciados.

Assim, para a LDB 9394/1996, as escolas devem apresentar currículo, método, técnicas, recursos educativos e organização específica voltados às necessidades especiais desses educandos (BRASIL, 1996).

O estudo de Alves e Duarte (2014) destaca a importância que os alunos participantes dão ao sentimento de serem queridos pelo grupo, o que representa a aceitação social como vem ocorrendo.

Cabe destacar a definição de Ridgway e Boyd (1994) sobre auto atualização, ou seja, a constante atualização das potencialidades e capacidades dos indivíduos, fatos conseguidos, também, por meio da prática desportiva.

Segundo Fiorini (2011), as aulas de Educação Física encontram-se em pleno processo de mudanças e adaptações de forma a incluir efetivamente os alunos com necessidades especiais.

Entretanto, Gomes (2013), afirma que as transformações gerais é que levarão todos os aspectos referentes à inclusão serem reconhecidos.

Para Lima e Duarte (2011), a inclusão levará ao aprimoramento da capacitação profissional de professores e à modernização de práticas escolares. Caso contrário, como afirmam Gorgatti e R. Júnior (2009), a inclusão continuará sendo apenas uma ideia muito viável no papel, porém sem real aplicação prática.

Conforme Cidade e Freitas (2002), o professor, além de buscar aprofundar seus conhecimentos sobre como lidar com os alunos com necessidades especiais, deve adaptar as metodologias adotadas, objetivando a adequação das tarefas conforme as necessidades do educando.

Nesse sentido, o presente estudo tem por objetivo demonstrar a importância e como se dá a inclusão de alunos que apresentam alguma deficiência, nas aulas de Educação Física do Ensino Fundamental.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo, de caráter exploratório, foi realizado por meio de uma revisão bibliográfica de documentos captados de artigos, periódicos e trabalhos científicos nos presentes sítios de pesquisa: Revista Científica da Faculdade e Meio Ambiente, Repositório Uniceub, Revista Movimento, Revista Formação Docente, Revista Brasileira de Educação Esportiva, EFDeportes, Revista Educação Especial entre outros.

Os artigos utilizados na pesquisa vão do ano de 1996 a 2013, de autores comprometidos com o tema escolhido.

Como base de pesquisa utilizou-se as seguintes palavras chave: Alunos com necessidades especiais. Inclusão. Educação Física.

Após a leitura exploratória realizou-se uma leitura seletiva, analítica e interpretativa do material selecionado, para verificar a importância de seus conteúdos para a elaboração do presente trabalho sobre inclusão de alunos que apresentam deficiências nas aulas de educação física no ensino fundamental (GIL, 2002)

3 REVISÃO DA LITERATURA

3.1 A importância da inclusão e a legislação brasileira

A educação especial, no Brasil, passa por um momento de franca implementação. Entretanto, o histórico para essa efetivação é longo e sempre foi permeado por questões filosóficas, bíblicas e científicas pautadas por muitos preconceitos.

As primeiras escolas especializadas e classes especiais surgiram a partir da década de 1950. A partir de 1970, sob a influência da ideia de integração pós-guerra, alunos dos Estados Unidos com necessidades especiais passaram a frequentar escolas e classes comuns. Entretanto, o modelo de educação inclusiva adotado pelos EUA, assim como pelo Brasil, ainda deixava os alunos com necessidades especiais marginalizados na dinâmica escolar (AMARAL, 1995).

Mazzota (1996) separa os primórdios da educação especial no Brasil em dois períodos: 1854/1956 – apresentando iniciativas oficiais e particulares isoladas; e 1957/1993 – iniciativas oficiais de alcance nacional.

Conforme Silva (2006), no primeiro período (1854 a 1956), as atividades da educação especial no Brasil correspondiam apenas à inserção física dos alunos especiais na rede de ensino comum, sendo que eles só eram considerados integrados caso se adaptassem à classe, da maneira como se apresentava, sem qualquer adequação às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. Nesse contexto, o caráter assistencial e a marginalização permaneciam.

Para Fumegalli (2012), com relação ao segundo período, vê-se o surgimento de movimentos que buscavam além do direito de alunos com necessidades especiais de buscarem a escola, também a plena integração, com o tratamento diferenciado, visto suas características próprias. Ressalta que o movimento mundial para o reconhecimento do direito de todo e qualquer aluno frequentar uma escola regular busca a valorização da diversidade, sendo que cada escola deve ter, como parte integrante de seu regimento, o reconhecimento das diferenças e a adaptação dos procedimentos de aprendizagem de forma a atender todos os alunos.

Assim, no Brasil, em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei 4.024/61, passou a abranger o direito dos “excepcionais” à educação, inseridos no sistema educacional comum. Apesar de alteração em seu texto no ano de 1971, o “tratamento especial” aos educandos com deficiências físicas e mentais não foi devidamente regulamentado (BRASIL, 1961).

No ano de 1973, o MEC instituiu o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, que, conforme o Decreto nº 93.613/1986, foi transformado na Secretaria de Educação Especial (SESPE), como órgão central de direção superior, do Ministério da Educação (BRASIL, 1986).

Ainda assim, conforme Brasil (2007), no período, o acesso à educação ainda não tinha o caráter de universalidade, mas de um tipo de política especial voltada aos alunos com alguma limitação.

Enfim, a Constituição Federal de 1988– CF/1988 – elencou, entre seus objetivos fundamentais, a promoção do bem de todos, sem diferenciação baseada em raça, cor, sexo, origem, idade ou qualquer outra forma de preconceito. Além disso, a CF/1988 universalizou o direito à educação (art. 205) e instituiu a isonomia para o acesso e permanência na escola (art. 206, I).

Na década de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA –, Lei 8.069/1990, e documentos como a Declaração de Salamanca (1994) foram

fundamentais para a instituição de políticas públicas voltadas à educação inclusiva no Brasil, sendo importante a integração dos alunos com necessidades especiais nos espaços escolares comuns a todos.

A Declaração de Salamanca, assinada após a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, em 1994, na cidade de Salamanca, na Espanha, foi decisiva ao impulso da educação inclusiva em todo o mundo, quando todos os envolvidos concordaram com a importância e urgência na implantação de uma educação especial para crianças, jovens e adultos com necessidades especiais. Onde as escolas deveriam acolher a todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas e outras (BRASIL, 2005).

Dessa forma, o MEC publicou, em 1997, os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN –, documentos que servem como referenciais para a tomada de decisões sobre currículos e programas educacionais, respeitadas as diversidades culturais, regionais, étnicas, religiosas e políticas que atravessam uma sociedade múltipla, estratificada e complexa (BRASIL, 1997).

Com relação à inclusão, os PCN de Educação Física instituem o Princípio da Inclusão como uma maneira de sistematizar conteúdos, objetivos, procedimentos educacionais, de aprendizagem e de avaliação, buscando a inclusão do aluno na cultura corporal de movimento. Assim, buscou-se reverter o quadro histórico da área de seleção entre indivíduos aptos e inaptos para as práticas corporais, resultante da grande valorização do desempenho e da eficiência (BRASIL, 1998).

Nesse cenário, as aulas de Educação Física apresentam-se como mais uma maneira de se implementar a inclusão, mas as transformações gerais é que levarão todos os aspectos referentes à inclusão serem reconhecidos (GOMES, 2013).

3.2 A importância da inclusão de alunos com necessidades especiais nas aulas de educação física

Ao iniciar este capítulo, é importante frisar a diferença entre integração e inclusão escolar. Sasaki (2010) ressalta que a integração se trata da inserção do aluno com necessidades especiais em escolas da rede regular de ensino, de modo que o próprio aluno deva adaptar-se à escola, conforme ela se encontra. Ou seja, o

aluno especial é incluído na sociedade, entretanto, seu próprio esforço unilateral é que moldará seu sucesso na dinâmica escolar, sem haver, por parte da escola, um amoldamento de suas metodologias e estruturas físicas adaptadas a ele.

Mendes e Silva (2009) caracterizam a inclusão como o processo inverso ao da integração escolar, visto que, na primeira, a escola necessita realizar modificações de forma que o aluno com necessidades especiais seja plenamente acolhido e consiga se desenvolver e exercer sua cidadania.

Dessa forma, a inclusão escolar configura-se como um processo gradual e dinâmico que se molda e se modifica de acordo com as necessidades dos alunos que vão desde adaptações linguísticas ao espaço físico, sendo o professor o mediador e incentivador da construção do conhecimento, por meio de sua interação com os alunos especiais e destes com seus colegas (LACERDA, 2006).

Para Daolio (1996) a inclusão escolar de alunos com necessidades especiais, nas aulas de educação física, é essencial, visto a educação física constituir-se em uma área do saber humano que estuda e atua sobre práticas ligadas ao corpo e ao movimento.

Assim, para o autor o professor de educação física, inserido no âmbito da inclusão, vê ao seu dispor diversas práticas que visam promover a aprendizagem dos alunos especiais, cognitiva, sociológica e culturalmente, por meio de práticas corporais. Para tais fins, destaca que as aulas de educação física voltadas à inclusão devem ofertar, aos alunos especiais, atividades corporais diversas e complexas, de forma a desenvolverem as habilidades motoras, apurando os movimentos fundamentais, rudimentares e espontâneos desses alunos (DAOLIO 1996).

Para a melhora dos movimentos e inclusão dos alunos, o professor de educação precisa adequar suas práticas de acordo com as limitações de cada aluno especial. Cada atividade deve ser executada de forma que os alunos especiais sintam-se acolhidos mesmo que, para isso, seja necessário que os alunos sem necessidades especiais sintam-se como os colegas, como por exemplo, sendo vendidos ao realizarem uma partida de futebol com colegas cegos (RIBEIRO, 2009).

Assim, é essencial ao docente saber identificar a limitação de cada aluno. Dutra et al (2007) conceituam a pessoa com deficiência como aquela que apresenta impedimento duradouro, mental, físico ou sensorial que, juntamente com outros

aspectos, pode ver sua participação irrestrita e plena na vida escolar restringida. Assim, os alunos definidos como especiais são aqueles cujas necessidades educacionais englobem deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Conforme Cidade e Freitas (2002), o professor deve buscar saber o tipo da limitação, com que idade a deficiência se manifestou, se foi repentina ou gradativa, se é permanente ou transitória e todas as funções e estruturas que apresentam alterações.

Gomes (2013) destaca as patologias mais frequentes encontradas no ensino regular, que devem ser tratadas de forma inclusiva:

- Deficiência auditiva, na qual há a limitação ou perda total de alguns sons que correspondem ao aparelho auditivo, requer maior cuidado com a intervenção do professor que deve comunicar-se com o aluno através de expressões corporais, gestos, mímicas, se não houver conhecimento de LIBRAS;
- Deficiência visual, com a percepção visual reduzida ou ausente, nos dois olhos, sem alternativa de melhora, com ou sem lentes ou intervenção médica. O professor deve adequar os recursos pedagógicos de modo que a criança cega ou com pouca visão os compreenda e disponibilizar a criança todos os materiais e equipamentos específicos de que ela necessite;
- Deficiência mental, em crianças com nível intelectual restrito, em níveis leve, moderado ou complexo, ajuste no comportamento inadequado, independentemente do estágio de comprometimento. Nesse caso é necessária mais prática e menos teoria, com o ensino fragmentado em pequenas etapas, devendo ser repetitivo, interativo, com associação de linguagem e ação, no qual a motivação é um fator importante.

Entretanto, Alves e Duarte (2014) destacam que a responsabilidade da inclusão do aluno com necessidade especial não cabe apenas ao professor, mas à comunidade escolar como um todo.

Nota-se que a reunião dos alunos, com necessidades especiais ou não, auxilia no desenvolvimento e aceitação das diferenças para ambos os lados. Alves e Duarte (2014) relatam em seu estudo que a participação nas mesmas atividades que

os demais colegas proporcionam ao aluno com necessidades especiais o sentimento de ser aceito, pertencer e interagir com o grupo. Além disso, a inclusão gera nos discentes o sentimento de serem capazes de realizar e concluir as atividades da aula.

Haddad (2005) revelou que estudos estatísticos vêm demonstrando que o processo de inclusão não é benéfico apenas às crianças com deficiências, mas a toda a comunidade, visto o ambiente escolar receber benefícios como o do fortalecimento da cidadania, do aprendizado e da diversidade.

Enfim, a educação inclusiva engloba uma pedagogia da qual todas as crianças venham a se beneficiar, assumindo que todas as diferenças humanas são normais, sendo que a escola deve amoldar-se a cada especificidade exigida pelo processo de aprendizagem. O processo pedagógico centrado na criança é benéfico a todos os alunos e, conseqüentemente, à sociedade como um todo, visto diminuir as taxas de desistência e repetência dos alunos com necessidades especiais, além de capacitá-los a obterem níveis mais altos de rendimento escolar (SALAMANCA, 1994).

3.3 A educação física e atividades que promovem a inclusão

De acordo com Goés et. al. (2012), existe um grande leque de atividades possíveis à disposição do professor de Educação Física a serem apresentadas aos alunos com necessidades especiais. Ao explicarmos sobre a importância da educação física na vida dos alunos com necessidades especiais, é preciso explicitar que a inclusão deve ser realizada por meio de atividades que sigam metodologias, de forma a harmonizarem seus trabalhos aos conteúdos exigidos pelos PCN (1997)., além de se fiarem a práticas com comprovada capacidade de desenvolvimento de habilidades nos alunos.

Nos PCN de educação física, (BRASIL,1997) é estabelecido que, ao final de cada ciclo, os alunos estejam aptos a participarem de diversas atividades corporais, de forma cooperativa e solidária, sem discriminar colegas por seus desempenhos, motivos sociais, físicos, sexuais ou culturais. Para tais fins, outras habilidades são destacadas: conhecimento de suas capacidades e limitações corporais, afim de estabelecer metas pessoais; conhecimento, valorização, apreciação das diferentes

manifestações culturais da cultura corporal de sua comunidade; organização autônoma de jogos e brincadeiras corporais simples.

Uma dessas metodologias é a da reunião dos alunos com necessidades especiais com colegas sem limitações. Pelas lições de Vygotsky (1997), a capacidade de uma criança em desenvolver atividades sozinhas representa seu nível de desenvolvimento real, ou seja, as etapas de desenvolvimento que ela já alcançou.

Dessa forma, Duk (2006) orienta acerca das atitudes do professor de educação física quando for elaborar as atividades que envolvam os alunos com necessidades especiais e os demais, indicando um rol de atividades buscando tornar o ensino mais significativo para todos, por meio da observação da diversidade, privilegiando estilos de aprendizagem cooperativa que trabalhem a resiliência e a autoestima, promovendo a flexibilização do currículo e a melhoria da avaliação constante do aprendizado, privilegiando os aspectos formativos, assim como a participação ativa da família e outros profissionais escolares.

Segundo Daolio (1996), o professor de educação física, inserido no âmbito da inclusão, vê ao seu dispor diversas práticas que visam promover a aprendizagem dos alunos especiais, cognitiva, social e cultural, por meio de práticas corporais. Para tais fins, destaca que as aulas de educação física voltadas à inclusão devem ofertar, aos alunos especiais, atividades corporais diversas e complexas, de forma a desenvolverem as habilidades motoras, apurando os movimentos fundamentais, rudimentares e espontâneos desses alunos.

Conforme visto, a educação física escolar visa ao trabalho dos alunos com necessidades especiais como um todo. Entretanto, seu destaque e meio de atuação será por meio da aprendizagem motora. Cidade e Freitas (2002) ensinam que a aprendizagem motora não pode desconsiderar as habilidades cognitivas no decorrer do processo (atenção, memória, resolução de problemas). E, de forma a observar, analisar e avaliar o alcance das atividades das aulas de educação física, o professor precisa verificar as adaptações necessárias e os cuidados específicos, propondo jogos ou brincadeiras nos quais o aluno aprenda a lidar com seus êxitos e fracasso.

Acerca das atividades a serem desenvolvidas pelo professor, tendo sempre em mente a inclusão dos alunos especiais em aulas de educação física com os demais colegas, Lourenço (2011) destaca a utilização de brinquedos, brincadeiras e jogos. O brinquedo pode ser entendido como um objeto cuja finalidade seja a

distração. A brincadeira representa ações livres de um compromisso mais elaborado, cujas regras podem ser modificadas durante sua realização. Já o jogo apresenta regras mais fixas e, na realidade das aulas de educação física, representa um recurso didático que oferece inúmeros meios de enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem, principalmente para motivar o aluno.

O autor destaca que, quando uma criança participa de um jogo, todo seu esquema motor é acionado, sua socialização é estimulada, além de seu cognitivo ser exigido. Dessa forma, é essencial o professor apresentar atividades que desafiem o aluno especial em vários níveis, respeitando seu nível de desenvolvimento, como nas sugestões:

- Jogo simbólico, como o “Faz de conta”, no qual o aluno interage corporalmente. Isso oportuniza ao aluno perceber a realidade concreta e adaptar o “faz de conta” às regras de interação do mundo. Destaca outros exemplos como brincar de circo, casinha, brincadeiras lúdicas em geral.
- Jogos Populares, que estejam inseridos na cultura popular local dos educandos, buscando resgatar a bagagem e favorecer o reconhecimento cultural da comunidade dos alunos. Outras sugestões são amarelinha, pique-pega, pular corda, passa-anel, pipa etc..
- Jogo de Construção, por meio do qual o aluno constrói, com a utilização de materiais, elementos próximos à realidade. Possibilita o contato com os materiais, o que desenvolve noções de peso, quantidade. Os alunos cooperam entre si. O cognitivo é estimulado constantemente exigido. São propostos jogos como Fantoches, dramatizações de histórias, quebra-cabeças, jogos de montar, blocos etc..
- Jogo com regras, em que o aluno participa de competições, estando inserido em uma equipe com a qual deva cooperar. Possibilita a Socialização efetiva dos alunos com necessidades especiais, visto exercitarem o trabalho e vivência cooperativa. Sugestões: Jogos de tabuleiro, esportes olímpicos, bandeirinha, queimada entre outros.

O Jogo Cooperativo é desenvolvido por meio de atividades nas quais todos os alunos têm um objetivo em comum e precisam agir em coletividade para alcançá-lo. Permite a demonstração, aos alunos, de que a cooperação é uma das melhores formas de encontrar soluções (LOURENÇO, 2011).

A atividade física adaptada, conforme Marques, Castro e Silva (2001), enfatiza e agrupa todas as modalidades de participação desportiva de qualquer aluno, mesmo aqueles que apresentam intensas limitações da capacidade de movimento, e seja qual for o objetivo da atividade (educativo, recreativo, competitivo ou terapêutico).

Cidade e Freitas (2011) apresentam a educação física adaptada a alunos com necessidades especiais como um ajuste dos conteúdos das aulas de educação física, por meio de técnicas, métodos e modelos de organização planejados pelo docente de forma a buscar a afetiva inclusão e adaptação de todos. Entretanto, as autoras destacam que não existe um método ideal a ser aplicado às aulas de educação física adaptadas a alunos com necessidades especiais. Para tal fim, o professor pode optar pela interdisciplinaridade entre várias atividades, jogos, brincadeiras, materiais e adaptá-los aos fins que deseja alcançar: a efetiva inclusão e a aprendizagem de todos os alunos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção de pessoas com necessidades especiais é uma realidade que, atualmente, transpassa a ideia de simples integração, no sentido de a pessoa adaptar-se à sociedade de forma inclusiva, no qual a sociedade molda-se de forma a abarcar plenamente seus cidadãos. Essa preocupação mundial apresenta reflexos positivos, principalmente no ambiente escolar, em especial, nas aulas de educação física.

Nas aulas de educação física verifica-se a importância da inclusão, por meio das práticas ligadas ao corpo e movimento, promovendo a aprendizagem dos alunos especiais, tanto cognitiva, social como cultural, por meio de práticas corporais. As aulas de educação física voltadas à inclusão devem ofertar, aos alunos especiais, atividades corporais diversas e complexas, de forma a desenvolverem as habilidades motoras, apurando os movimentos fundamentais, rudimentares e espontâneos.

Assim, deve-se utilizar metodologias e atividades que promovam a inclusão, de forma que os professores de educação física harmonizem seus trabalhos aos conteúdos exigidos pelos PCN além de buscarem práticas com comprovada capacidade de desenvolvimento de habilidades nos alunos. Ressalta-se o cuidado de selecionarem diversos tipos de jogos a serem desenvolvidos nas aulas, buscando, além da estimulação do corpo e mente dos alunos com necessidades especiais, sua socialização plena, objetivo final previsto pelo processo de inclusão.

REFERÊNCIAS

AMARAL, I. Conhecendo a deficiência. SP: Robe, 1995.

ALVES, M. L. T.; DUARTE, E. A percepção dos alunos com deficiência sobre a sua inclusão nas aulas de Educação Física escolar. **Revista Brasileira de Educação Física Esporte**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 329-338 abr./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rbefe/article/viewFile/84074/86907>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 93.613** de 21 de novembro de 1986. Extingue órgãos do Ministério da Educação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987/D93613imprensa.htm> Acesso em: 6 abr. 2017.

BRASIL. **Lei 8.069** de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm> Acesso em: 6 abr. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.394** de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Base da Educação Nacional. Brasília (DF): 1996.

BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>> Acesso em: 6 abr. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Educação física**. Brasília: MEC/SEF, 1997. 96p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro07.pdf>> Acesso em: 6 abr. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 6 abr. 2017.

CIDADE, R. E.; FREITAS, P. S. Educação física e inclusão: considerações para a prática pedagógica na escola. **Revista Integração**, v. 14, p. 27-30, 2002. Disponível em: <<http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/sobama/sobamaorg/inclusao.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2016

DAOLIO, J. Educação Física escolar: em busca da pluralidade. **Revista Paulista de Educação Física**, 1996. Disponível em: <<http://citrus.uspnet.usp.br/eef/uploads/arquivo/v10%20supl2%20artigo7.pdf>> Acesso em: 23 abr. 2017.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Salamanca, Espanha: 1994.

DUK, C. **Educar na diversidade**: material de formação docente. 3. ed. Brasília: [MEC, SEESP], 2006. 266 p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/educarnadiversidade2006.pdf>> Acesso em: 21 abr. 2017.

DUTRA, C. P.; GRIBOSKI, C. L.; ALVES, D. O.; BARBOSA, K. A. M. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. **Revista Inclusão**: R. Educ. esp., Brasília, v. 4, n. 1, p. 7-17, jan./jun. 2008

FALKENBACH, A. P, CHAVES, F. E, NUNES, D. P, NASCIMENTO, V. F. A Inclusão De Crianças Com Necessidades Especiais Nas Aulas De Educação Física Na Educação Infantil. **Revista movimento**, Porto Alegre, v. 13, n. 02, pag. 37-53 maio/ago. 2007.

FIORINI, MLS. **Concepção do Professor de Educação Física sobre a inclusão do Aluno com Deficiência**. 2011. P.20. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista. Marília, 2011.

FUMEGALLI, Rita de Cassia de Avila. **Inclusão escolar**: o desafio de uma educação para todos? Monografia de Conclusão de Curso apresentada ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Especial: Deficiência Mental e Transtornos e Dificuldades de Aprendizagem da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, pelo Departamento de Pedagogia. Orientadora: Professora Sonia Aparecida da Costa Fengler. Rio Grande do Sul: 2012.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002

GÓES, Flávia Temponi; ALVES, Ana Caroline; VIEIRA JÚNIOR, Paulo Roberto. **Os deficientes auditivos nas aulas de educação física**: repensando as possibilidades de atividades pedagógicas inclusivas. *Revista Formação Docente*. Belo Horizonte. v. 4, n. 1, jun. 2012. Disponível em: <<http://www.bibliotekevirtual.org/revistas/Metodista-IH/FD/v04n01/v04n01a01.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2016.

GOMES, Thamires de Sousa. **Educação física como forma de inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais**. 2013. 16p. Monografia (Bacharelado em Educação Física). Centro Universitário de Brasília, Brasília/DF, Junho, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.uniceub.br/bitstream/235/3923/1/THAMYRES%20DE%20SOUSA%20GOMES.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

GORGATTI, M.; R. Junior, D. Percepções dos professores quanto à inclusão de alunos com deficiência em aulas de educação física. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 15, n. 02, p. 119-140, ab./jun. de 2009. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Z5F8ANIVNDEJ:seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/2971+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

HADDAD, F. Entrevista concedida à **Inclusão**: Revista da educação especial. Brasília, v. 1, n. 1. out. 2005

LIMA, S.M.T.; DUARTE, E. Educação Física e a escola inclusiva. **SOBAMA**. Temas em educação física adaptada. Curitiba: UFPR, 2001.

LOURENÇO, M. S. **A Importância da Educação Física para a Inclusão Escolar**. [Monografia]. Brasília (DF): Universidade de Brasília/UNB; 2011.

MARQUES, U. M.; CASTRO, J. A. M.; SILVA, M. A. Actividade física adaptada: uma visão crítica. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**, v. 1, n. 1, p. 73-79, 2001.

Disponível em: <http://www.fade.up.pt/rpcd/_arquivo/artigos_soltos/vol.1_nr.1/10.pdf> Acesso em: 27 abr. 2017.

MAZZOTA, M. **Educação Especial no Brasil**: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

MENDES, E. G. **Educação Inclusiva: Realidade ou Utopia?** São Paulo: Apostila produzida para a Mesa-Redonda do LIDE-USP, 1999.

OLIVEIRA, A. A. S.; POKER, R. B. Educação inclusiva e municipalização: a experiência em educação especial de Paraguaçu Paulista. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 8, n.2, p. 233-244, 2002.

PALMA, L. E.; LEHNHARD, G. R. Aulas de Educação Física e Inclusão: um estudo de caso com a Deficiência Física. **Revista Educação Especial**, v. 25, n. 42, jan-abr, 2012, p. 115-126, Universidade Federal de Santa Maria - Santa Maria, Brasil.

Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=313127404009>>. Acesso em: 19 ago. 2016.

RIBEIRO, S. M. **O esporte adaptado e a inclusão de alunos com deficiências nas aulas de Educação Física**. Tese de Doutorado – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2009. Disponível em: <<http://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/2006/INAYIPCIURCT.pdf>> Acesso em: 22 abr. 2017.

RIDGWAY, M.E. & BOYD, R.L. Self-Actualization of Able-Bodied and Wheelchair Male College Students. **Brazilian Internation Journal of Physical Education Research**, v. 1, n. 1, p. 1-17, 1994.

RIZZO, T.L.; LAVAY, B. Inclusion: why the confusion? **JOPERD**, Reston, v. 71, n. 4, 2000.

SÁNCHEZ, Pilar Arnaiz. **A Educação inclusiva**: um meio de construir escolas para todos no século XXI. **Revista da Educação Especial**. Ano 1, n. 1, out. 2005.

Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>> Acesso em: 6 abr. 2017.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 2010. 180 p.

SILVA, Adilson Florentino da. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais**: deficiência física. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

URBANEK, D, Ross, P. **Educação Inclusiva**. 2. ed. Curitiba (PR): Fael; 2011.

VYGOTSKY, L. S. **Obras Escogidas**: fundamentos de defectología. Madrid: Visor, 1997. v.5.

ANEXO A

Faculdade de Ciências da Educação e Saúde | FACES
Curso de Educação Física

CARTA DE ACEITE DO ORIENTADOR

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO - TCC**

Declaração de aceite do orientador

Eu, **CELEIDA BELCHIOR GARCIA CINTRA PINTO** declaro aceitar orientar o(a) discente **ANTONIO GERALDO SOARES CAMPELO** no Trabalho de Conclusão do Curso de Educação Física do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Brasília, 17 de Fevereiro de 2017.

ASSINATURA

ANEXO B

Faculdade de Ciências da Educação e Saúde | FACES
Curso de Educação Física

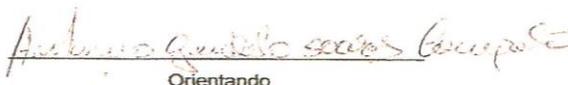
CARTA DE DECLARAÇÃO DE AUTORIA

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO - TCC

Declaração de Autoria

Eu, ANTONIO GERALDO SOARES CAMPELO, declaro ser o (a) autor(a) de todo o conteúdo apresentado no trabalho de conclusão do curso de Educação Física do Centro Universitário de Brasília - UniCEUB. Declaro, ainda, não ter plagiado a ideia e/ou os escritos de outro(s) autor(es) sob a pena de ser desligado(a) desta disciplina uma vez que plágio configura-se atitude ilegal na realização deste trabalho.

Brasília, 12 de Junho de 2017.


Orientando

SEPN 707/907 - Campus do UniCEUB, Bloco 9 - 70790-075 - Brasília-DF - Fone: (61) 3966-1469
www.uniceub.br - 11

Na fabricação de papel reciclado, a quantidade de água equivale apenas a 2% da utilizada para a produção de papel alvejado.

ANEXO C

FICHA DE RESPONSABILIDADE DE
APRESENTAÇÃO DE TCC

Eu, ANTONIO GERALDO SOARES CAMPELO
RA: 21450065 me responsabilizo pela apresentação do
TCC intitulado INCLUSÃO DE ALUNOS NAS AULAS DE
EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL no dia 12/06
do presente ano, eximindo qualquer responsabilidade por
parte do orientador.


ASSINATURA



ANEXO D



FICHA DE AUTORIZAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE TCC

Eu, CELEIDA BELCHIOR GARCIA CINTRA PINTO venho por meio desta, como orientador do trabalho de Conclusão de Curso: INCLUSÃO DE ALUNOS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL autorizar sua apresentação no dia 12/06 no presente ano.

Sem mais a acrescentar,

Professor Orientador



ANEXO E

FICHA DE AUTORIZAÇÃO DE ENTREGA DA VERSÃO FINAL DE
TCC

Eu, ANTONIO GERALDO SOARES CAMPELO venho por meio desta, como orientador do trabalho de Conclusão de Curso: INCLUSÃO DE ALUNOS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL autorizar a entrega da versão final no dia 23/06 do presente ano.

Sem mais a acrescentar,

Professor Orientador



ANEXO F



AUTORIZAÇÃO

Eu, ANTONIO GERALDO SOARES CAMPELO

RA 21450065, aluno (a) do Curso de Educação Física do Centro Universitário de Brasília - UniCEUB, autor(a) do artigo do trabalho de conclusão de curso intitulado INCLUSÃO DE ALUNOS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL, autorizo expressamente a Biblioteca Reitor João Herculino utilizar sem fins lucrativos e autorizo o professor orientador a publicar e designar o autor principal e os colaboradores em revistas científicas classificadas no Qualis Periódicos – CNPQ.

Brasília, 23 de Junho de 2017.

Assinatura do Aluno

